

CONTRIBUTO PARA O RECONHECIMENTO DE «ESTRATIGRAFIA» NA PAISAGEM DA BACIA DO DOURO

O CASO DO TERRITÓRIO ENTRE MARÃO, MONTEMURO, SOUSA, TÂMEGA E DOURO

LINO TAVARES DIAS*

Resumo: Este trabalho é assumido como um contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro, particularizado para o território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro.

A partir de um «observador», procuramos evoluir a análise que nos permita reconhecer a estratigrafia milenar desta Paisagem e fazemo-lo através daquilo que denominamos como «unidades de paisagem património», as quais constituem áreas relativamente homogêneas que denotam a estreita relação entre as características ecológicas de um território e as atividades que nele se desenrolaram, exemplificadas e identificadas como património construído (arquitetónico e arqueológico) num intervalo de tempo «ante» e «post» bem definido. Suportada na Geografia de Estrabão e nos resultados da escavação de Tongobriga, apresenta-se com alguma pormenorização a unidade que denominamos «do castrejo ao tardo-romano: travessia e estruturação do território», assumindo-a como um contributo para o reconhecimento da «estratigrafia» da construção da Paisagem entre o ano zero e o século V.

Palavras-chave: Paisagem; Construção; Arqueologia; Interpretação.

Abstract: This paper aims to contribute to the recognition of «stratigraphy» in the landscape of the Douro basin, in particular the territory between Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega and Douro.

From an «observer's» point of view, we intend to develop the analysis that allows us to recognize the stratigraphy of this ancient Landscape through what we call «heritage landscape units». These are relatively homogeneous areas that show the close relationship between the ecological characteristics of an area and the activities that took place in it, exemplified and identified as constructed heritage (architectural and archaeological) in a well-defined range of «ante» and «post» timeframes. Supported by Strabo's Geography and by the results of the Tongobriga diggings, we present with some detail the unit we call «from the castrejo to the late-Roman: crossing and structuring of the territory», as a means to contribute to the recognition of the «stratigraphy» that shaped the Landscape between the year zero and the 5th century.

Keywords: Landscape; Construction; Archaeology; Interpretation.

Em 2004 George Steiner publicou um trabalho com o título original *The Idea of Europe*, o qual foi editado em Portugal no ano seguinte, pela Gradiva, com o título *A Ideia de Europa*.

Este trabalho começa assim: «A Europa é feita de cafetarias, de cafés. Estes vão da cafetaria de Pessoa, em Lisboa, aos cafés de Odessa frequentados pelos gangsters de Isaac Babel. Vão dos cafés de Copenhaga, onde Kierkegaard passava nos seus passeios concentrados, aos balcões de Palermo. (...) desenhe-se o mapa das cafetarias e obter-se-á um dos marcadores essenciais da “ideia de Europa”».

* CITCEM.

... e termina assim este ensaio de George Steiner: «*É entre os filhos frequentemente cansados, divididos e confundidos de Atenas e de Jerusalém que poderíamos regressar à convicção de que a “vida não reflectida” não é efetivamente digna de ser vivida*».

O autor salienta a sobreposição de vivências expressas e suporta-as em algumas características específicas do continente europeu, quer seja a dimensão geográfica do continente que permite que o homem tenha atravessado a pé a Europa em vários momentos da História, desde os exércitos romanos aos de Napoleão, quer seja na capacidade de reconhecer pela toponímia aqueles que se evidenciaram ao longo do tempo.

A leitura deste livro parece descansar-nos no que toca ao reconhecimento do passado e especialmente no que toca à identidade da Europa, mesmo com as suas contradições internas. Este é um tema que muito tem sido abordado nos últimos anos, debatendo-se as estratégias para afirmação da Europa no Mundo.

Um dos caminhos da afirmação da Europa no Mundo terá sido a ideia de defender a sua paisagem construída, razão que impulsionou vários estudos no final do século XX, de que resultou uma Convenção promovida pelo Conselho da Europa em 2000. Nela foi assumido que por «paisagem» deveria entender-se «qualquer parte do território, tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter intrínseco é resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos». Dito de outra forma, «A Paisagem é resultado do casamento do trabalho do Homem com a Natureza» (DOWER, 1999: 19).

Tenho procurado analisar os resultados deste casamento em espaços de alguns territórios e para isso tenho tentado aplicar um conceito prático que é assumido como ferramenta fundamental pelos arqueólogos, a estratigrafia. Para analisar a estratigrafia da paisagem valorizo a dimensão temporal e a dimensão espacial, reconhecendo a evolução humana e procurando identificar as «marcas» que o homem construiu e deixou ao longo do «tempo». Evidencio o «património construído» como sinónimo de «coisas feitas pelo homem», cabendo reconhecer que a sua disponibilização aos nossos sentidos é feita por «evidência direta» ou apenas «após exumação por metodologia arqueológica».

Estes princípios foram usados nos trabalhos realizados com o objetivo de reconhecer e identificar a estratigrafia da paisagem antiga na bacia do Douro. Neste trabalho abordo apenas o caso do «espaço» situado entre as serras do Marão e Montemuro, drenado pelos rios Sousa, Tâmega e Douro.

É um «espaço» do noroeste peninsular que surge ao observador como geomorfológicamente «agreste e montanhoso», de que nos fala Estrabão, geógrafo do século I d.C., cujo texto da *Geografia* me serve de referência.

O espaço abordado é geomorfológicamente limitado e muito marcado a nascente pela serra do Marão com os cerca de 1.400 metros de altitude e a sul pela serra do Montemuro com cerca de 1.380 metros de altitude. Em contrapartida, a poente e a norte o espaço alonga-se por terrenos agrícolas à altitude média de 150 ou 200 metros, já na margem direita do rio Tâmega.

Neste espaço evidenciam-se, como marcas naturais determinantes, os rios Douro e Tâmega, assim como o Ovil, o Teixeira, o Bestança, o Paiva e o Cabrum. O Douro, correndo de nascente para poente, o rio Tâmega como seu afluente na sua margem direita,

correndo de Nordeste para Sudoeste, tal como o Ovil e o Teixeira, e os rios Cabrum, Bestança e Paiva, afluentes da margem esquerda, correndo de Sudeste para Noroeste. É uma região de colinas e serras de circulação difícil, como aponta Suzanne DAVEAU (1991: 1143) que integra a unidade de paisagem definida por Orlando RIBEIRO (1986: 188) como «montanhas do norte da Beira», embora se vá diluindo, para noroeste, na paisagem do Entre Douro e Minho¹.

Na abordagem ao «tempo», proponho reflexão sobre a construção da Paisagem identificada no texto da Geografia de Estrabão, embora perspetivando as evidências que já então existiam, apesar de não referidas.

Conjugando as abordagens² ao tempo e ao espaço, podem salientar-se, na generalidade, vários «momentos de Paisagem» assumidos como uma interpretação que desenvolvo a partir da observação, do registo patrimonial e das suas articulações com propostas indicadoras para a evolução da paisagem agrária das Montanhas do Norte da Beira e do Entre Douro e Minho, apresentadas por autores como TELLES (2003: 304) e ARAÚJO (2003: 73).

Nesta perspetiva, nos espaços em análise reconhecemos com facilidade cinco momentos:

- 1.º Paisagem pré-Estrabão, em que dominavam os carvalhos e os castanheiros nas encostas das montanhas e em que os castros (*oppida*) marcavam muitos dos pontos mais elevados e cujas populações conviveram com as mamoa e antas que se salientavam na paisagem³;
- 2.º Paisagem romana apontada por Estrabão, associada ao corte do carvalhal nas zonas inferiores das encostas e ao uso intenso da planície que se prolongou durante a cristianização;
- 3.º Paisagem marcada pelo «reuso» de alguns pontos elevados, exemplificado em vários territórios com a construção de castelos⁴;
- 4.º Paisagem dos socacos gradualmente construídos ao longo de séculos, associada predominantemente à construção dos mosteiros⁵ e à «senhorialização» do território⁶;

¹ Para a caracterização sumária da região é determinante o reconhecimento das especificidades descritas por RIBEIRO (1986) e (1991: 1241-1265), por LAUTENSACH (1987: 121-166) e os comentários de DAVEAU (1987: 201-277).

² Fase de abordagem genérica para a globalidade do espaço. Nesta fase do trabalho de identificação são usadas bibliografias consideradas de referência mas com carácter generalista. A abordagem especializada é remetida para fases posteriores de aprofundamento de cada unidade de paisagem.

³ Apesar das diferenças evidentes entre as regiões, o reconhecimento pelos romanos dos «monumentos» então conhecidos está comprovado por inscrições feitas por visitantes gregos e romanos em sítios do Egipto segundo ANDRÉ e BASLEZ (1991: 8). O mesmo autor salienta as noções de «ver pelos próprios olhos» e «fazer sentir o que foi visto», interpretando o que foi expresso nos textos de PLÍNIO (1991: 66). Esta noção de «autópsia» pode também ser reconhecida nos textos sobre o noroeste da Ibéria na Geografia de Estrabão.

⁴ Na região não se regista a evidência de castelos apesar de terem existido (LIMA, 1994).

⁵ Para abordar a exemplaridade da irradiação de espiritualidade e cultura da Ordem de Cister no Vale do Douro consultar: (GERALDO, 1999: 19-42).

⁶ «O espaço geográfico, os homens, os princípios e as técnicas que o civilizam – o espaço e os espaços, os indivíduos e os grupos, as relações entre pessoas e coisas». Esta é a temática geral apontada numa reflexão de Armindo de Sousa para o período 1325-1480 em Portugal, constituindo-se como referência obrigatória em qualquer estudo sobre construção da paisagem cultural (SOUSA, 1993: 311-389).

5.º Paisagem moderna identificada, por exemplo, pelas estruturas do caminho-de-ferro a partir do final do século XIX⁷.

A partir destes cinco momentos evidentes para o «observador», procuramos evoluir a análise que nos permita reconhecer a estratigrafia milenar desta Paisagem e fazemo-lo através daquilo que denomino de «unidades de paisagem património». No território em observação, se analisarmos a conjugação da hidrologia com a altimetria, com a capacidade dos solos e com o nível de existência de água potável, podemos evidenciar distintas «unidades de paisagem património», as quais integram nesta abordagem todo o conjunto de marcas que o homem foi deixando sobre a natureza, construindo-a de forma diferenciada e, por isso, identificável ao longo dos milénios.

Estas «unidades de paisagem património» constituem áreas relativamente homogéneas que denotam a estreita relação entre as características ecológicas de um território e as atividades que nele se desenrolaram, exemplificadas e identificadas como património construído (arquitetónico e arqueológico) num intervalo de tempo «*ante*» e «*post*» bem definido.

Estas unidades de paisagem resultam de um exercício de síntese que agrupa um conjunto de fatores selecionados de acordo com os valores patrimoniais evidentes. É importante que estas unidades possuam uma inteligibilidade de funcionamento intrínseca, permitindo não só o seu relacionamento mas também a adoção de medidas e estratégias de intervenção.

Os cinco «momentos de paisagem» que apontamos, geraram no território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro seis «unidades de paisagem património», as quais identifico genericamente:

- A primeira das «unidades de paisagem património» muito bem identificada é a que denomino como «Planalto dolménico», reconhecida predominantemente acima dos 800 metros de altitude, como na Aboboreira, na margem direita do Douro, mas também na margem esquerda, em Cinfães e Resende. As evidências construídas pelo homem, as mamoa e antas, permitem observar paisagens neolíticas desde meados do IV milénio a.C.⁸ (JORGE, 1990: 146). Regista-se a existência de mamoa também no planalto da serra de Montedeiras, embora a degradação que ali aconteceu nos anos 80 do século XX tenha destruído grande parte do que seria um conjunto que podia ser observado como exemplo desta unidade de paisagem de planalto. Hoje, ali, resta só alguma memória vestigial, ao contrário da Aboboreira, onde se identificam em Outeiro de Gregos, Meninas de Crasto, Outeiro de Ante, Chã de Loureiro, Chã de Arcas, Algária e Outeiro na Serra do Castelo, Abogalheira, Chã do Carvalhal, Chã de Santinhos, em espaços de Amarante, Baião e Marco de Canaveses.

⁷ Sobre as fases de construção do caminho-de-ferro em Portugal (especificamente sobre a construção da linha do Douro entre 1875 e 1887), podem ser consultados: SILVA, 2005: 43-113; RAMALHO, 2000: 17-44.

⁸ Assumindo como esboço de uma Pré-História de Portugal, Vítor de Oliveira JORGE (1990: 253-255) salienta os textos de Susana Oliveira JORGE (1990: 75-101; 102-162, 163-212; 213-251).

Na margem esquerda do rio Douro, também em ambientes e altitudes semelhantes, em Resende e Cinfães, identificam-se conjuntos megalíticos em São Cristóvão, Pen-dilhe, Moumiz, Nespereira e em Tendais (Cruz, Portela, S. Pedro, Jugada) em cotas superiores aos 1.000 metros. As evidências construídas pelo homem para fins funerários, as mamoas e antas, permitem observar paisagens neolíticas homogêneas desde há cerca de 5.000 anos.

Esta unidade de paisagem ainda é usada no início do século XXI, por alguma população que vive em povoações com características arquitetónicas muito interessantes, quando observadas com cuidado, com especificidades que se identificam com o trabalho agrário e pastoril nestas altitudes ao longo de séculos, constituindo património não classificado mas de grande afirmação identitária, cujo aproveitamento para reuso contemporâneo, comedido e rentabilizado, muito qualificaria a unidade de paisagem, para além de permitir a fruição muito qualificada para diversos fins, nomeadamente o energético e o turístico.

- Uma segunda «unidade de paisagem património», reconhecida em encostas e vales deste espaço pode ser inicialmente denominada de «Castrejo-Romana» e definitivamente como «Do Castrejo ao Tardo-romano: travessia e estruturação do território». Associamos a uma amplitude cronológica entre o final do século I a.C. e o século V d.C. A implantação dos castros foi feita sempre em terrenos acima dos 400 metros de altitude, como são os exemplos de Arados, 480m; Quires, 512m; Soalhão, 442m; Esmoriz, 416m; Carvalho de Rei, 526m; Gondar, 418m; Banho, 508m; Cruito, 516m. Só o castro situado em Porto Manso, situado em condições específicas junto da margem direita do rio Douro, foi construído num ponto saliente aos 209 metros de altitude, cuja estrada dava acesso direto ao ponto de acostagem dos barcos aos 40 metros. Em contrapartida, neste território a cidade de Tongobriga foi construída em terrenos aos 300 metros de altitude e os *vici* e *villae* sobre terrenos entre os 250 e os 150 metros. Também o *vicus* situado em Várzea do Douro, sobre a margem direita do rio Douro e servido de pontos de acostagem de barcos, foi construído a cotas mais baixas, em torno dos 100m e cuja acostagem era feita também aos 40m. Integrada nesta unidade de paisagem identificamos um conjunto de vias articuladas entre si e com ligação à via *Bracara-Tongobriga-Emerita*.

- A perduração do uso de infraestruturas romanas ao longo de muitos séculos, nomeadamente a estrada *Bracara-Tongobriga-Emerita*, permite-nos dizer que se identifica uma terceira unidade de paisagem que faz a ligação, sem interrupções, desde a presença romana até ao que foi denominado chamar-se o período românico, evidenciado na região pela construção das primeiras estruturas cristãs, igrejas e capelas, até ao século XII. Pela evidência do construído estamos perante uma terceira unidade de paisagem, e que denominamos «Reuso tardo-romano e medieval».

Memória deste uso e reuso é a Albergaria de Canaveses, documentalmente comprovada e ainda existente na rua de S. Nicolau em Marco de Canaveses⁹.

⁹ Embora reportada à região de Castela e Leão, a síntese que MAÑANES, 2004 apresenta é de interesse para a região em análise.

É um caminho lembrado em tempo de formação da nacionalidade, evidenciado por D. Mafalda que ali deixou a memória da construção da ponte medieval, certamente reconstrução no século XII da ponte romana que ali existira e que estaria em ruína à data da passagem de D. Mafalda, decorridos mais de 1.000 anos sobre a sua construção no início do século II. Esta estrada deverá ter servido Almançor e as suas tropas, em 997, quando levou a bandeira do califado de Córdova até Santiago de Compostela.

A tradição do Senhor da Boa Passagem (na travessia do rio Tâmega por ponte em Canaveses), a capela de S. Lázaro (eventual acolhimento de deuses protetores dos viajantes romanos) e a Igreja de S. Nicolau, formam também um conjunto de particular importância patrimonial, apesar das descuidadas transladações a que foi sujeito nos anos 80 do século XX.

Como vetor estratégico neste território, podemos juntar a esta estrada o rio Douro, assumido como eixo estruturante do território antigo e como importante evidência estratégica já referida por *Estrabão* no século I d.C.

- A quarta «unidade de paisagem património» neste território é reconhecido pela construção de numerosos mosteiros¹⁰ que se instalaram durante a época medieval sobre terrenos situados em vales e encostas onde abundava a água que irrigava os terrenos «desenhados pelos monges» nas plataformas entre os 200 e os 300 metros de altitude.

Algumas destas novas construções que marcaram a paisagem medieval¹¹, aproveitaram traçados anteriores, nomeadamente romanos, como se constata com os que ligavam Travanca, Mancelos, Gatão, Lufrei, Madalena, Aboadela e Marancinho.

Tal como se constata nas plataformas dolménicas e romanas, definidas por alguma diferença altimétrica nas duas margens do rio Douro, também na implantação dos mosteiros há ligeiras diferenças na margem esquerda do rio Douro onde o uso do território é feito sempre a uma altitude superior em cerca de 100 metros, comparativamente com a outra margem. Constata-se de forma evidente em Travanca (200m), Vila Boa do Bispo (250m), Tabuado (250m), Mancelos (300m), Ancede (300m), Cárquere (400m). Associamos a esta unidade de paisagem a gradual construção de socacos que aproveitando as encostas, aumentam o espaço agricultado e, simultaneamente, vão partindo o terreno em pequenas parcelas.

- A quinta unidade de paisagem resulta de construção ao longo dos séculos, «do medieval aos nossos dias», embora predominando no período moderno e no contemporâneo. Este território foi evidenciado pela «senhorialização» que demarcou Quintas com as respetivas Casas que, normalmente, se identificavam com o nome do lugar. Para construir estas unidades foram predominantemente usados os terrenos dos 200 metros de altitude ou ainda mais baixos.

- A sexta unidade de paisagem evidencia o regresso à travessia do território e sua estruturação, o que só existira em período romano. Esta unidade de paisagem evidencia-

¹⁰ Embora muito concentrado no trabalho dos mosteiros da Ordem de Cister, são referência os dois volumes publicados após o Colóquio Internacional realizado sob o tema «CISTER – Espaços, Territórios, Paisagens» no Mosteiro de Alcobaça entre 16 e 20 de Junho de 1998. O 1º volume reúne a Economia, Espiritualidade, Arquitetura. O 2º volume reúne Arte e Iconografia, Arqueologia, Espaços, Paisagens, Recuperação e Valorização.

¹¹ Sobre os avanços e recuos da floresta em Portugal, da Idade Média ao Liberalismo, pode consultar-se: (DEVY-VARETA e ALVES, 2007: 55-75).

se pelos traçados da via-férrea que desde o final do século XIX criou novas formas de uso motivados pelos traçados paralelos ao rio Tâmega e ao rio Douro. Assumindo a cota dos 50 metros de altitude como referência, pontuou com disciplina a margem direita com novos núcleos populacionais associados às estações onde se apanhava o comboio e de onde ainda até há poucos anos se apanhava o barco ou a «camioneta de carreira» para atravessar o rio para a margem esquerda.

Esta unidade de paisagem é particularmente interventiva pela sua singularidade¹², no troço construído na margem direita do rio Douro, sempre paralelo a este, com início na estação da Pala, até à Régua, Pocinho e Barca D'Alva. Era também singular o troço de via estreita, construído na margem direita do Tâmega, que ligava o lugar da Livração a Amarante. Este troço foi parcialmente desativado por decisão política já no século XXI.

Das «unidade de paisagem património» que sintetizei, saliento aquela que tem sido o alvo principal da minha investigação. Pormenorizo alguns fatores identitários daquela que designei como segunda unidade, construída pelo castrejo e pelo romano. Pela capitalidade e pela exemplaridade na transformação do território como consequência da atividade construtiva do homem, salientarei *Tongobriga*, cidade do século II d.C. sobre a qual trabalhei durante mais de 30 anos (DIAS, 1997). Reconhecida em encostas e vales, esta «unidade de paisagem património» pode ser genericamente denominada de «castrejo-romana». Associamos a isto uma amplitude cronológica que podemos encontrar desde o final do século I a.C. ao século VI.

A montanha foi muito tempo o solar do homem primitivo, vagabundo relapso sem outra telha que o céu estrelado. Ali viveu séculos e séculos entre robles frondosos, castanheiros que lhe davam boa sombra e castanhas, esfomeado crónico, mas livre. Um dia empurraram-no para o vale, onde era menos perigoso e onde podia prestar serviços, extraíndo a cassiterite das minas, e o castelo dos altos ficou desamparado. O penedal é a ruína palacega da montanha.

Este texto de Aquilino Ribeiro (*O Homem da Nave*, 1954)) sintetiza o viver do homem nos castros e, também, a alteração de vida que a economia romana lhe trouxe, a uns por imposição, a outros por aculturação.

Evidenciamos os castros nesta unidade de paisagem implantados sistematicamente em espaços situados nos 400 metros de altitude, construindo casas redondas, assumindo a «construção tradicional» coberta com colmo, percecionando que era assim feita porque era assim que sabiam fazer.

Confrontados com esta paisagem de castros localizados em pontos altos, com as encostas cobertas por carvalhais e castanheiros¹³, o romano promoveu profunda reforma, bem evidenciada neste território, quer na margem direita quer na esquerda do rio Douro.

¹² De interesse os capítulos «Douro» e «Região Metropolitana do Porto» in PORTUGAL – O Sabor da Terra (MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2010: 187-273).

¹³ Estrabão no livro III da Geografia evidência a existência de Carvalhos mas não a de Castanheiros. Autores recentes confirmam a existência de castanheiros, nomeadamente Carlos Aguiar e Bruno Pinto no texto paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental (AGUIAR e PINTO, 2007: 38-42). Por não ser uma árvore mediterrânica, eventualmente Estrabão não refere o castanheiro porque não o conhecia.

Referido por Estrabão no século I d.C., o homem que habitava a montanha¹⁴ espalhava-se por dezenas de povos¹⁵, pulverizando deste modo qualquer sistema económico que o romano quisesse aproveitar. O facto de comerem pão de bolota¹⁶ durante grande parte do ano mostra a pouca importância da agricultura entre os castrejos. A investigação tem vindo a demonstrar que, em contrapartida, o romano usou muito a mão-de-obra no cultivo da terra, na extração mineira, na construção de novos edifícios e no trabalho artesanal.

Foi nas plataformas situadas a cerca de 300 metros de altitude que a engenharia romana, há cerca de 2.000/1.900 anos e ao longo de cerca de dois séculos, construiu neste território as suas estruturas à «medida do corpo»¹⁷. Tal aconteceu com as cidades como *Tongobriga* e com as muitas explorações agrárias (*Villae*)¹⁸. Estas foram estruturas com grande impacto na construção da paisagem, alterando-a profundamente, quer pelo corte intenso de carvalhais e soutos nas encostas, quer promovendo uma revolução na estruturação agrária com consequências ainda hoje identificáveis em algum parcelamento do território.

Para além da fundação e construção de povoações e da reforma agrária, social, cultural e económica que provocaram profundas alterações na paisagem, este território foi atravessado por estradas então construídas e que o marcaram de forma determinante durante os séculos seguintes.

Denota-se que esta unidade de paisagem permite-nos fazer uma leitura global do território, já que as estradas construídas pelos romanos foram feitas para interligar a rede de cidades com as estruturas rurais, as explorações de minas e as termas medicinais, ligando-as aos rios navegáveis como o Douro e o Tâmega que atravessavam por ponte e por barco, prosseguindo encosta acima e, daqui, ao mundo globalizado de então, muito centrado no Mediterrâneo.

Reconhecida em encostas e vales, esta «unidade de paisagem património» pode ser neste espaço também denominada de «travessia e estruturação do território». Associamos a isto uma amplitude cronológica que podemos encontrar «do castrejo ao romano e deste

¹⁴ «...depois, os Vetões e os Vaceus, através dos quais corre o Douro, que é vadeável por altura de Acôncia, cidade dos Vaceus. E os últimos são os Calaicos, que ocupam em grande parte as montanhas» (ESTRABÃO, III, 3: 1-3).

¹⁵ «Cerca de trinta povos ocupam a região que se situa entre o Tejo e os Ártabros. Se bem que a região fosse muito favorecida, no que respeita a frutos, animais e quantidade de ouro, prata e outros metais similares, outrora a maioria desses povos, negligenciando os meios de subsistência que a terra produzia, entregavam-se à pilhagem e viviam em guerra, quer uns com os outros, quer com os vizinhos do outro lado do Tejo, até que foram travados pelos Romanos que se tornaram submissos e reduziram a maior parte das suas cidades, ou associaram a outras colónias que as tornaram melhores» (ESTRABÃO, III, 3: 5).

¹⁶ «Todos os montanhese são frugais: bebem só água, dormem no chão...».

«Os montanhese durante dois terços do ano alimentam-se de lande de carvalho. Secam-nas, trituram-nas, moem-nas e fazem com elas pão que pode guardar-se durante muito tempo. Bebem também cerveja. Vinho, têm falta dele, e o pouco que logram, rapidamente o consomem nos banquetes...».

«Em vez de azeite, usam manteiga» (ESTRABÃO, III, 3: 6-7).

¹⁷ A analogia das escalas com o corpo humano foi uma técnica muito usada pelos topógrafos, com ligeiras alterações e adaptações em todo o Império (CHOUQUER, 2010: 56).

¹⁸ A partir da reconstituição em fotografia aérea, registamos na região algumas *villae* com *fundi* contínuos com a média de 100 hectares, constituindo propriedades maiores que as apontadas por Jorge de ALARCÃO (1998: 89).

até ao tardo-romano». Foi muito profunda a alteração, quase se pode dizer revolução, que os romanos provocaram com a reforma agrária e consequente produção intensiva, cujos produtos circulavam nas estradas então construídas. A alteração foi profunda e produziu efeitos durante muito tempo, alguns dos quais ainda se denotam na atualidade.

Constatamos a evidência de que este território foi cruzado há cerca de 1.900 anos por infraestruturas romanas que o reordenaram e integraram num vasto território que, geograficamente integrava o noroeste peninsular, administrativamente a *Tarraconense* (território vasto com capital na atual Tarragona) e politicamente o império romano. Este ordenamento implantado desde há cerca de 2.000 anos integrou uma macro estratégia para a bacia hidrográfica do Douro, perspetivada em toda a sua extensão, correspondendo ao Norte da Meseta, desde a cidade de Numância, próximo da atual Sória, até à sua foz, atual Porto e Gaia e que então seriam tão só castros nas atuais zonas da Pena Ventosa e do Castelo. Um «decreto» ditado por Augusto em Fevereiro de 15 a.C., durante a sua presença em *Narbona*, conhecido por «edicto del Bierzo», permite perceber alguns ensaios de organização das terras e a «vertebração» do território a norte do rio Douro, para além de induzir diferentes momentos da ocupação do que poderia constituir uma *provincia transduriana* (SÁNCHEZ-PALENCIA e outros, 2007: 156; SÁINZ, 2005: 146).

O Património que na região mostra este ordenamento promovido pelos imperadores da dinastia Flaviana no final do século I e início do século II, é evidenciado pela construção da via romana¹⁹, autêntica via estrutural que ligava *Bracara Augusta* a *Emérta Augusta* (atual Braga à atual Mérida) e pela edificação da cidade de *Tongobriga*, assumida como primeira marca de urbanismo projetado neste território.

A investigação arqueológica desenvolvida nas últimas décadas no noroeste da Hispânia, particularmente na bacia do rio Douro, permite-nos reconhecer a criação de cidades novas neste território periférico do Império e, segundo Estrabão, montanhoso e de difícil circulação.

Tongobriga, situada na periferia ocidental da *Tarraconense*, foi a cidade mais ocidental na bacia do Douro, construída no final do século I e início do II d.C., onde foram aplicadas todas as regras da topografia, com as mais modernas técnicas de implantação dos edifícios públicos e privados, construídos de acordo com projetos de arquitetura de grande qualidade e técnicas de engenharia de grande rigor.

Nesta investigação transdisciplinar estamos no domínio da proporção «vitruviana», do desenho urbano, do projeto de arquitetura, da técnica construtiva e da cronologia.

¹⁹ Evidencia-se o eixo viário romano que o atravessava; vindo de *Bracara Augusta*, cruzava os vales de Vizela e Pombeiro, passava por ponte o rio Tâmega em Canaveses (altitude <50 metros), subia a *Tongobriga* (300m de altitude), atravessava o Douro em Porto Manso (altitude <50 metros) e, já na margem esquerda, de Porto Antigo (altitude <50 metros) subia ao longo do vale do Bestança, na margem direita deste rio, passando Montemuro. Era também uma variante desta estrada que atravessava o Douro em Aregos, depois de ligar o Gove, Arco, Aguincheiras, Curva da volta de cima, Curva da volta do meio, Vanda das Caldas, Senhor da Boa Passagem, até à margem direita do rio Douro. Este eixo, que consideramos determinante na construção e estruturação do território do século II depois de Cristo, bem ajustado à política flaviana para o Império, ligou as bacias do Douro, do Tejo e do Guadiana.

No *territorium de Tongobriga*, está comprovado que os arquitetos e os planeadores usaram as medidas romanas relacionadas com o corpo, especificamente o *Digitus* e o *Pal-mus* nas dimensões dos tijolos, o *Pes* de 0,296m na construção das paredes, o *Passus* de 1,479m na escala dos edifícios, o *Actus* de 35,52m e o *Actus quadratus* de 1.261,44m² no urbanismo, o *Jugerum* de 2.522,88m² e a *Centuria* de 50.4576m² nos espaços de intervenção, ambos como resposta pragmática à organização do território mas também, certamente, servindo como suporte ao cadastro e ao registo fiscal.

A comparação das técnicas usadas em Tongobriga com as de outras cidades construídas depois da «paz de Augusto» mostra a «transnacionalidade» das técnicas e das políticas construtivas, independentes dos materiais graníticos ou cerâmicos.

Um bom exemplo da aculturação são os tipos de casas, demonstrativos de diferentes formas de construir mas também das mudanças profundas na forma de viver.

As casas de planta circular e com cobertura em colmo, características da arquitetura castreja, são totalmente substituídas, em cerca de duas gerações, por casas²⁰ de arquitetura romana do tipo itálico, casas com circulação sequencial, casas de corredor²¹, casas de pátio²², estas com *impluvium* central e totalmente cobertas por telha cerâmica. Os telhados foram uma das grandes inovações tecnológicas que este território conheceu, em simultâneo com a construção da vida urbana.

A cobertura da «casa com *impluvium*» em Tongobriga é um bom exemplo²³. Com a área de 325m², a cobertura tinha o peso de cerca de 21.000kg. Esta casa tinha traves e vigas de madeira capazes de suprir vãos de 4,60 metros e de 7 metros. Isto só era possível pela qualidade da madeira de carvalho e castanheiro que era abundante na região.

No entanto, o que mais surpreende é a inteligência da implantação urbanística rigorosamente baseada no *actus quadratus* e a qualidade dos projetos dos edifícios baseados no *passus*, transmitindo ao sítio uma qualidade urbana visível no *forum*, nas termas, no teatro e nas *domus*.

Se fizermos uma descrição sumária de Tongobriga, constatamos que no final do século I a.C. e no início do século I d.C., registamos a construção de uma muralha com troços retilíneos. Junto dela, a sul, o balneário do tipo pedra formosa²⁴. Na área interior da muralha de cerca de 13 hectares (138.000m²), estão identificadas casas de planta circular.

Em período flaviano, pós Vespasiano, foi construído um conjunto de espaços e edifícios públicos que transformaram Tongobriga. Nesta fase da construção da urbe, o

²⁰ PEDRO VEJA (1999: 55-75) aponta três tipos: casas com circulação sequencial, casas de corredor, casas de pátio.

²¹ Em Tongobriga identificamos este tipo de edifício na casa onde existia a oficina com forja.

²² Vitruvius (2, 8, 17) aponta a obrigação das paredes exteriores terem a espessura de «pé e meio» (29,6cm + 14,8), o que corresponde aos 44,4 cm registados nas paredes exteriores das casas «itálicas» e de «corredor» em Tongobriga.

²³ Com a área de 325m², o telhado tinha o mínimo de 1.252 telhas. Cada telha recolhida em escavação tem o peso de 12,5kg, totalizando 15.650kg. Recolhemos também o *imbricex* com o peso de 3,97kg. Acrescia o cimento que ligava a *tegulae* ao *imbricex* e que tem o peso médio de 5,06kg. Este telhado só em materiais cerâmicos e cimento tinha o peso de 21.068kg.

²⁴ Vitruvius escreveu: «Dos que habitam junto do rio Douro, alguns vivem à maneira dos Lacedemónios, untam-se duas vezes ao dia e tomam banhos de vapor que fazem com pedras ao rubro» (ESTRABÃO, III, 3: 6).

Actus (35,52m) foi o suporte à rede quadricular que ordenou todos os projetos e a construção, apesar da difícil implantação num terreno granítico morfológicamente acidentado. O *Passus* (147,9m) foi usado como modelo até ao limite do desenho, nos projetos dos edifícios.

A partir de finais do século I e durante a primeira metade do século II identificamos as construções do Fórum, das Termas e do Teatro em espaços a sul, assumidamente no exterior da primeira muralha. Por esta razão foi remodelado o seu traçado, ampliando-a de modo a integrar os novos espaços, embora salvaguardando a continuidade dos espaços de necrópole de cremação no exterior do novo traçado. A área global de espaço intramuralha passou para cerca de 21 hectares (21.650m²).

Ao longo do século II foram feitas grandes alterações nos espaços habitacionais onde foram desmontadas as casas de planta circular e, nesses espaços libertados implantadas casas de tipologia romana.

A rede ortogonal implantada em Tongobriga no século I terá servido de referência às construções e remodelações feitas ao longo dos séculos II, III e IV. No século VI a basílica paleocristã foi implantada num espaço central da zona habitacional, sinal evidente de que o fórum não era espaço central para a nova religião.

Impondo-se pela evidência da qualidade construtiva e projetual, *Tongobria*, com a área de uma *centuria*, constitui caso de estudo que propõe comparação com o resto do império e problematiza as razões profundas da aculturação²⁵ romana já em fase tardia (século II d.C.) e na distante periferia atlântica do Império.

O conjunto de marcas urbanas, agrárias, infraestruturas identificadas e que permitem reconhecer uma intervenção global no território num tempo definido²⁶, permitem-nos rever a denominação de «castrejo-romano» que tínhamos apontado inicialmente para esta unidade de paisagem património, embora assumida como provisória. Julgo que será mais perceptível se for substituída pela designação «Do Castrejo ao Tardo-romano: travessia e estruturação do território», assumindo-a como um contributo para reconhecer a estratigrafia da construção da Paisagem entre o ano zero e o século V.

Assumimos este trabalho como um contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro, particularizado para o território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro.

Tal como apontou David Ribeiro Telles, «todas as coisas no nosso mundo têm uma autenticidade que é sempre possível recuperar» (2012: 162).

Tal como salientou Steiner, há marcadores essenciais da «*ideia de Europa*» e neste território temos a oportunidade de reconhecer alguns marcadores autênticos que comprovam o casamento milenar do trabalho do homem com a natureza.

²⁵ Segundo Christian GOUDINEAU, em *Réflexions sur la Romanisation* (2007: 29-33) a palavra «romanização» foi criada entre o ano de 1830-1840 para indicar a passagem do estado de bárbaro para a ordem romana, assumida como paz e civilização. Este conceito evoluiu gradualmente ao longo do século XX, com incidência após a 2ª guerra. Apesar destas reflexões, atualmente é um conceito que continua a alimentar algumas discussões.

²⁶ Quando abordo o «tempo definido» recorro sempre ao poema «Pompeia», Sophia de Mello Breyner Andresen (1990) – *Geografia*. Caminho, p. 69.

Uma coisa autêntica é aquela que tem um passado, que tem alicerces e que tem também um presente que se vê, que se sente. Não há presença nem autenticidade sem futuro e, por isso, defendemos, como princípio e como desafio, que na perspetiva de uma gestão moderna e no planeamento, este património construído, arqueológico e arquitetónico, reconhecido em unidades de paisagem património, deve ser assumido, agora, de modo prospetivo, como base de reflexão, de exemplo, de qualidade, de atitude.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

BIBLIOGRAFIA

Na fase de abordagem genérica para a globalidade do espaço em que se faz o trabalho de identificação das «unidades de paisagem património» são usadas bibliografias consideradas de referência mas também com carácter generalista. Esta salvaguarda é bem exemplificada pela unidade de paisagem «Planalto Dolménico», para a qual há muita bibliografia especializada na sequência dos trabalhos de décadas desenvolvidos por equipas dirigidas por Vítor de Oliveira JORGE e Susana de Oliveira JORGE. Do mesmo modo genérico, embora identificador, são as bibliografias indicadas para as unidades de paisagem 3, 4, 5 e 6. A abordagem em fases posteriores, para aprofundamento especializado de cada unidade de paisagem, exige a análise das bibliografias específicas.

- ADAM, Jean-Pierre (1984) – *La Construction Romaine – Matériaux et Techniques*. Paris: Picard.
- ALARCÃO, Jorge (1992) – *A Evolução da Cultura Castreja*. «Conímbriga». Coimbra, XXXI, p. 39-71.
- (1998) – *A Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal*. «Conímbriga». Coimbra, XXXVII, p. 89-119.
- (1999) – *O Domínio Romano*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 345-489.
- (2004) – *Introdução ao estudo da Tecnologia Romana*. «Cadernos de Arte e Arqueologia». Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 7.
- ALARCÃO, Jorge; BARROCA, Mário (2012) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira (1981) – *Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização*. «Nova Renascença», n.º Inverno. Porto, p. 202-212.
- (1986) – *A Paróquia e o seu Território*. «Cadernos do Noroeste», 1. Braga: Universidade do Minho, p. 113-130.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira (1988) – *Importância do Regadio no Entre Douro-e-Minho nos Séculos XII e XIII*. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. II, p. 65-70.
- BROWN, Peter (1989) – *A Antiguidade Tardia*. In *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, p. 225-300.
- CHOUQUER, Gérard (2010) – *La Terre dans le monde romain*. Paris: Éditions Errance.
- DAVEAU, Suzanne (1987) – *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, vol. 1, p. 201-277.
- (1991) – *Comentários e Atualização*. In *Geografia de Portugal – A vida económica e social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, vol. 4, p. 1133-1294.
- DIAS, Lino Tavares (1995) – *Tongobriga*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento (edição policopiada).

- (1996) – *Contributo para análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro*. «Douro-Estudos & Documentos», I. Porto: GEHVID, p. 31-56.
- (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico.
- (1999) – *Refletir sobre velhas centralidades no norte da Península Ibérica*. In *Atas da mesa redonda sobre Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Profissional de Arqueologia, p. 7-16.
- (2006) – *Contributo para o estudo do povoamento romano no Vale do Douro*. In *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, p. 285-331.
- (2007) – *Paisagem, Tempo, Memória na região norte de Portugal*. In *Actas IV Congresso Internacional sobre Musealización de Xacementos Arqueolóxicos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 37-46.
- (2008) – *Gestão Integrada da Área Arqueológica do Freixo – Tongobriga: contributo para abordagem à estratégia de intervenção entre 1980 e 2010*. «Almadán», 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 82-91.
- (2009) – *Contributo de Rocha Peixoto para a leitura contemporânea de unidades de paisagem cultural do Douro Verde*. «Boletim Cultural Póvoa do Varzim». Póvoa do Varzim, 43, p. 257-277.
- (2010) – *Povoamento romano na bacia do Douro: A criação de cidades*. In *Tongobriga e o territorium, Actas do Coloquio Internacional «Património Cultural y Territorio en el Valle del Duero»*. Valladolid, p. 33-52.
- (2011) – *Urbanization and Architecture on the Outskirts of the Roman Empire*. In *Roma y las provincias: modelo y diffusion*, Mérida/Roma, p. 707-713.
- FERNANDES, Almeida (1968) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Separata do «Arquivo do Alto Minho». Viana do Castelo.
- FIGUEIRA, Thomas; BRENNAN, Corey; STERNBERG, R. Hall (2008) – *As Lições de Gestão dos Clássicos*. Lisboa: Casa das Letras.
- FONSECA, A. Corregedor (1975) – *No primeiro Centenário das linhas do Caminho de Ferro a norte do rio Douro 1875-1975*. Lisboa: edição CP.
- GERALDO, José A. C. Dias (1999) – *CISTER – Irradiação de espiritualidade e cultura*. In *Cister no Vale do Douro*. Porto: Edições Afrontamento, p. 19-42.
- JORGE, Susana O. (1980) – *A Estação Arqueológica do Tapado da Caldeira*. «Portugália», nova série. Porto, I, p. 29-50.
- (1988) – *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto: GEAP.
- (1999) – *A consolidação do sistema agro-pastoril, Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 102-162.
- (1999) – *Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 213-249.
- (1999) – *Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 163-212.
- (1999) – *Dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 75-101.
- JORGE, Vítor O. (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto. Os Monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento (edição polícopiada).
- (1991) – *Necrópole Pré-histórica da Aboboreira (Distrito do Porto). Uma hipótese de diaconia*. In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: IICT, p. 205-213.
- (1999) – *Pré-História do Território Português: Palavras Finais*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 253-255.
- JORGE, Vítor O.; JORGE, Susana O. (2000) – *A Monumentalização das Paisagens durante a Pré-História. Alguns Contributos para um debate*. «(Era)Arqueologia». Lisboa, I, p. 100-111.

- LAUTENSACH, Hermann (1987) – *As Características Fundamentais da Geomorfologia*. In *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Sá da Costa, vol. 1, p. 121-166.
- LIMA, A. C. (1994) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols. (edição policopiada).
- MAÑANES, Tomás (2004) – El Mundo Paleocristiano en Castilla y León (Cuenca del Duero). In *Testigos – Las Edades del Hombre*. Ávila, p. 107-130.
- NOGUÉ, J.; PUIBERT, L.; BRETCHA, G. (2009) – *Indicators de paisatge. Reptes i perspectives*. Barcelona: Observatori del Paisatge de Catalunya.
- REAL, Manuel (2000) – *Portugal: Cultura Visigoda e Cultura Moçárabe*. Anejos de «AEspA». Madrid, XXIII, p. 21-75.
- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa.
- (1991) – *As Regiões Geográficas*. In *Geografia de Portugal*. Lisboa, vol. 4, p. 1241-1265.
- SILVA, Armando C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- (1999) – *A Idade do Ferro em Portugal*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 259-341.
- SILVA, José C. V. (2002) – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR
- SILVA, José R. (2005) – *Os Comboios em Portugal*. Lisboa: Ed. Mensagem, vol. I, p. 43-95.
- SOUSA, Armindo (1993) – *1325-1480 – Condicionamentos básicos*. In *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II.
- TELLES, David R. (2012) – *O que faz um País*. In *O combate da cidadania*. Lisboa: Bertrand, p. 159-62.
- THÉBERT, Yvon (1989) – *Vida Privada e arquitectura doméstica na África romana*. In *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, p. 301-397.
- VEGA, P. Fernández (1999) – *La casa romana*. Madrid: Ediciones Akal.
- VEYNE, Paul (1989) – *O Império Romano*. In *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, p. 19-223.